

FATORES QUE INFLUENCIAM O SURGIMENTO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA (PSR) EM PAU DOS FERROS NO RIO GRANDE DO NORTE (RN)

Andressa de Sousa Barros¹, Ronie Cleber de Souza², Sara Taciana Firmino Bezerra³

Resumo: A População em Situação de Rua (PSR) é um público que vem cada dia mais aumentando, principalmente em grandes centros urbanos e comerciais. O interesse em pesquisar essa temática, é decorrente da observação do aumento desse público, ainda que nas cidades pequenas, e ainda haver poucas pesquisas sobre esse tema, e se tratando de Pau dos Ferros a discussão sobre torna-se limitada devido a ausência de estudos, aguçando a necessidade de estudar a problemática. Objetiva-se, portanto, conhecer e identificar os fatores regionais, de acordo com a literatura, que influenciam no aparecimento do fenômeno da PSR em Pau dos Ferros, uma cidade localizada no interior do Rio Grande do Norte. Quanto à metodologia trata-se de um artigo de revisão de literatura, onde foi realizado a leitura de livros, e artigos científicos, encontrados nas principais bases de dados como Scielo, Biblioteca Nacional da Saúde, e na plataforma Sucupira, usando os descritores “população em situação de rua”, “moradores de rua” e “território”. Existem vários fatores que a literatura aborda que podem influenciar no aparecimento da PSR em Pau dos Ferros, dentre eles suas características de cidade intermédia, que apresenta influência nas cidades vizinhas devido a sua característica comercial e oferta de serviços públicos e privados. Fica evidente a partir dos estudos explorados, que existem vários fatores que influenciam no aparecimento da PSR no município de Pau dos Ferros, dentre eles fatores econômicos, climáticos e sociais, que favorecem a forma de viver dessa população vulnerável.

Palavras-chave: população em situação de rua; moradores de rua; território.

1 Mestranda e bolsista da CAPES, no Programa de Pós-graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Brasil, Rio Grande do Norte. ORCID: <http://lattes.cnpq.br/5286803535186477> - <http://orcid.org/0000-0003-2493-9090> - e-mail: andressab Barros@alu.uern.br

2 Professor do Departamento de Economia, no Campus Avançado de Pau dos Ferros (CAPF), da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), e professor permanente do Programa de Pós-graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido (PLANDITES). ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-9202-4269>

3 Professora do departamento de enfermagem da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Campus Pau dos Ferros-RN. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-0516-7681> - e-mail: sarataciana@uern.br

FACTORS THAT INFLUENCE THE EMERGENCE OF THE HOMELESS POPULATION (PSR) IN PAU DOS FERROS IN RIO GRANDE DO NORTE (RN)

Abstract: The Homeless Population (PSR) is a population that is growing more and more, especially in large urban and commercial centers. The interest in researching this topic is due to the observation of the increase in this population, even in small cities, and there is still little research on this topic. In the case of Pau dos Ferros, the discussion on it becomes limited due to the lack of studies, sharpening the need to study the problem. The objective, therefore, is to know and identify the regional factors, according to the literature, that influence the emergence of the PSR phenomenon in Pau dos Ferros, a city located in the interior of Rio Grande do Norte. Regarding the methodology, this is a literature review article, where books and scientific articles were read, found in the main databases such as Scielo, the National Health Library, and the Sucupira platform, using the descriptors “homeless population”, “street dwellers” and “territory”. There are several factors that the literature addresses that may influence the emergence of PSR in Pau dos Ferros, among them its characteristics as an intermediate city, which has an influence on neighboring cities due to its commercial characteristics and provision of public and private services. It is evident from the studies explored that there are several factors that influence the emergence of PSR in the municipality of Pau dos Ferros, among them economic, climatic and social factors, which favor the way of life of this vulnerable population.

Keywords: homeless population; street dwellers; territory.

1 INTRODUÇÃO

A população em situação de rua (PSR) é um público que vem cada dia mais aumentando, principalmente em grandes centros urbanos e comerciais (Lopes, 2014). No contexto brasileiro atual, podemos associar o aumento da PSR a vários fatores, como, por exemplo, ao crescimento do desemprego e da pobreza, assim como à corrupção e à fragilização dos serviços públicos fatores que interferem no desenvolvimento social, agravando o processo de vulnerabilidade social, cultural, em saúde, econômica etc. (Battaus; Oliveira, 2016).

As pessoas em Situação de Rua (PSR) são caracterizadas como um grupo heterogêneo, em situação de extrema pobreza, com vínculos familiares prejudicados ou interrompidos e com ausência de moradia convencional regular. Essas pessoas habitam locais públicos, como ruas e praças, locais degradados, como prédios abandonados, ou habitam abrigos e albergues para pernoitar (Brasil, 2008).

No livro “O capital”, de Marx (2014), é relatado que a PSR tem origem associada à pobreza, no surgimento das cidades industriais, na transação entre o período feudal e o capitalista, especificamente na Europa. Segundo o seu pensamento, essa transação acarretou mudanças nas relações trabalhistas e sociais, resultando no surgimento da PSR.

O capitalismo produz juntamente com o crescimento da riqueza, a miséria, de forma proporcional. Dessa forma, como consequência do capitalismo, existem pessoas que não conseguem ser absorvidas pelo mercado de trabalho. Portanto, não é uma exceção existirem pessoas que não conseguem inserção no mercado de trabalho. Tampouco a causa desse processo é a incapacidade ou falta de esforço de tais pessoas. É a consequência básica do capitalismo: para que alguns acumulem demasiadas riquezas, outros acumulam pobreza (Tiengo, 2018).

Discutir sobre a PSR é necessário, pois, segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2010, cerca de 0,6 a 1% da população brasileira encontrava-se em situação de rua, o que, de acordo com Reis (2016), corresponde a 1,8 milhão de pessoas. Dados do IPEA (2020) demonstram que o número de PSR na região Nordeste corresponde a uma estimativa de 38.237 pessoas, sendo que no Brasil, em 2020, esse número seria de 221.869 pessoas, o que mostra que existe uma concentração de 17,2% de PSR na região Nordeste (Natalino, 2020).

O interesse em pesquisar a temática PSR é decorrente da observação do aumento desse público, ainda que nas cidades pequenas, e ainda haver poucas pesquisas sobre esse tema. A realidade das PSR no Brasil é complexa, com múltiplas facetas, que exigem um olhar mais amplo, e este estudo visa contribuir com a questão observando-a de uma perspectiva local/ regional.

A PSR dessa forma encontra-se presente em várias cidades e municípios do Brasil, diante disso, esse estudo buscará responder a seguinte questão norteadora: Quais as características influenciaram no aparecimento da PSR na cidade de Pau dos Ferros/RN?

Objetiva-se, portanto, conhecer e identificar os fatores regionais, que influenciam no aparecimento do fenômeno da PSR em Pau dos Ferros, uma cidade localizada no interior do Rio Grande do Norte.

O presente estudo organiza-se em três partes, sendo a primeira a introdução, onde apresenta-se o problema, seguida revisão da literatura, metodologia, resultados e discussões, onde apresentará as características de Pau dos Ferros - RN e a sua relação com o fenômeno da PSR, e por fim será trazido as considerações finais sobre o estudo.

2 REVISÃO DA LITERATURA

A PSR surgiu, de acordo com Marques e Souza (2018), no período da antiguidade, sendo essa denominada como vadiagem e mendicância, nomes distintos de acordo com cada época e sempre relacionados ao espaço urbano.

Marx (2014) discorre que o surgimento da PSR no mundo está associado à pobreza, e a criação das cidades industriais, no período histórico da transição do período feudal e capitalista, especificamente na Europa. Segundo o seu pensamento, essa transição acarretou mudanças nas relações trabalhistas e sociais, resultando no surgimento da PSR.

Devido ao início do capitalismo na sociedade, ocorre o êxodo rural dos camponeses e produtores rurais que partiram para os grandes centros urbanos, depois de serem expulsos no processo de “enclousures”, processo de cercamento de terras comunais que foram expropriadas por grandes proprietários que convertiam aquela terra em local de criação de ovelhas. A busca pelas cidades era uma tentativa de recomeço, em busca de trabalho nas indústrias e melhorias de vida. Porém, em decorrência do salto populacional nas cidades, as vagas de empregos acabam ficando escassas, muitos ficaram nas ruas das cidades por não terem a quem recorrer, uma vez que estavam sem suas terras e, agora, também sem emprego. Esses indivíduos ficaram marginalizados, denominados de mendigos, vagabundos, muitos deles ladrões. Em decorrência dessa situação, surgem legislações para punir essa população marginalizada, denominada “Lei dos pobres”, que perduraram por muito tempo, permitindo

a mendicância apenas às pessoas idosas e incapazes de trabalhar. Já a população apta ao trabalho, que praticava mendicância, como era denominado na época, era submetida a açoites e encarceramento, ou seja, tinham partes da orelha cortadas e corriam risco de serem executadas (Silva, 2006; Marx, 2014).

No Brasil, um marco do surgimento da PSR foi a Lei Áurea, em 1888, que induziu a liberdade meramente negativa, pois os negros libertados da escravidão foram embora, para a completa incerteza, sem nenhum mecanismo que os assegurassem a condição de cidadão, como sujeitos de direitos, restando apenas a busca pela sobrevivência e, acima de tudo, a marginalização. Os negros foram abandonados à própria sorte e, devido ao contexto histórico, não conseguiram ser absorvidos pelo mercado de trabalho, sendo jogados à marginalização e à mendicância, pois essas eram as formas de sobreviver na comunidade urbana pós-escravocrata no Brasil, uma vez que esses não tinham lar, emprego e nenhuma perspectiva de vida. Com efeito, a PSR aumentou, pois, além da grande quantidade de escravos nas ruas, existiam também os mestiços e os imigrantes (Cerqueira, 2011; Biavaschi, 2016).

As primeiras manifestações que buscaram os direitos da PSR, no Brasil, ocorreram somente na década de 1990, a saber: o Fórum Nacional de Estudos sobre a População de Rua, o movimento do grito dos excluídos, os seminários nacionais e o primeiro congresso nacional dos catadores de materiais reciclados; cumprindo papel importante para visibilidade dessa população vulnerável. Depois desses movimentos, já nos anos 2000, especificamente em 2005, foi criado um novo movimento, denominado de Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), mesmo ano em que a PSR foi incluída na Política Nacional de Assistência Social (Klaumann, 2018).

Após toda essa discussão e luta pelos seus direitos, em 2008, foi decretada a Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua, que trouxe melhorias na inclusão social, com incremento de projetos, programas e serviços (Brasil, 2008).

No ano de 2009, ocorreu o primeiro encontro nacional de população em situação de rua, que discutiu sobre a criação de uma nova política voltada para essa população. No segundo encontro nacional, foi criada a Política Nacional para População em Situação de Rua (PNPSR), que foi promulgada pelo Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009, e trouxe princípios e diretrizes que buscam trazer a dignidade e a garantia dos direitos da PSR, em favorecimento à criação de mais políticas públicas voltadas para esses indivíduos (Klaumann, 2018).

Dessa forma, a presença PSR não é um fato da atualidade, e sim uma construção histórica que apresenta raízes no advento do capitalismo no mundo. Várias foram as definições para essa população, de acordo com cada período histórico, de modo que, na atualidade, a Política Nacional para População em Situação (2009) define a PSR da seguinte forma:

A população em situação de rua pode ser definida como um grupo populacional heterogêneo que tem em comum a pobreza, vínculos familiares quebrados ou interrompidos, vivência de um processo de desfiliação social pela ausência de trabalho assalariado e das proteções derivadas ou dependentes dessa forma de trabalho, sem moradia convencional regular e

tendo a rua como o espaço de moradia e sustento. Naturalmente, existem muitas outras especificidades que perpassam a população de rua e devem ser consideradas, como gênero, raça/cor, idade e deficiências físicas e mentais (Brasil, 2009, p. 01).

O julgamento pela sociedade está presente desde o surgimento da PSR, o que gera até os dias atuais a discriminação social, por direcionar o olhar crítico ao modo de vida dessa população, sua forma de se vestir, a higiene e, muitas vezes, o uso de drogas ilícitas e lícitas, que culmina na exclusão social dos sujeitos em situação de rua. Esse contexto, por sua vez, torna esse público vulnerável, por trazer limitações no seu acesso à saúde, à educação, à justiça e à segurança; e, associado a isso, a exposição a vários fatores de risco que ampliam ainda mais a vulnerabilidade social da PSR, como a violência, a alimentação precária, o sono prejudicado, a falta de acesso à água potável, entre outros (Brasil, 2017; Brasil, 2012).

Diversas literaturas denominam a PSR como sendo uma população vulnerável. Para compreender o motivo do uso desse termo, é necessário trazer à tona as principais definições de vulnerabilidade, no sentido de melhor auxiliar na compreensão do assunto.

A palavra vulnerabilidade, de acordo com o dicionário de língua portuguesa, é definida como a situação em que o ser está vulnerável, em latim *vulnerabilis*, que quer dizer “causa lesão”. Ou seja, o sujeito vulnerável é aquele que se encontra ferido, que pode ser atacado, corre o risco de derrota, é frágil, prejudicado ou ofendido (Vulnerabilidade, 2020).

Segundo Scott *et al.* (2018), as definições de vulnerabilidade estão sendo associadas ao conceito de minorias, pois as populações vulneráveis estão, em sua maioria, associadas à menor dinâmica social, de modo que o autor relaciona a vulnerabilidade às condições precárias de viver.

Historicamente, o termo surgiu a partir da epidemia do HIV (*Human Immunodeficiency Virus*)/AIDS (Imunodeficiência Adquirida), nos anos de 1980, relacionado ao maior risco da doença em grupos de pessoas específicas denominados grupos vulneráveis. A partir dessa época, surgiu uma nova discussão sobre a vulnerabilidade, associando-a para além do conceito de grupo de risco ou comportamento de risco e associada não apenas à área da saúde, mas às mais diversas áreas do conhecimento (Ayres *et al.*, 2009).

Com efeito, o termo vulnerabilidade social está associado à população que se encontra à margem das relações sociais e se caracteriza por estar em condições desfavoráveis, em comparação aos demais indivíduos da sociedade, como os desempregados e os que não geram renda (Pedersen, 2014).

Por outro lado, Prowse (2003) analisa as diversas formas de uso do termo vulnerabilidade social e, em seus resultados, observa que alguns dos trabalhos analisados denominam a vulnerabilidade social como sendo a suscetibilidade à pobreza, à medida que outros defendem essa como um sintoma da pobreza, e outros, ainda, como uma das dimensões da pobreza. Assim, pode-se observar que a pobreza se torna um fator determinante e condicionante para que o indivíduo esteja inserido na vulnerabilidade social.

Na perspectiva de Costa *et al.* (2018), a vulnerabilidade social acontece a partir de processos sociais, aos quais os indivíduos não têm autonomia para intervir de modo que apenas o Estado é capaz, através de políticas públicas. O autor também aponta a vulnerabilidade social como o resultado da insuficiência ou ausência de ativos que poderiam

ser disponibilizados pelo Estado nos seus poderes de governança, caracterizando falhas no sistema dos serviços públicos que deveriam dar garantias a partir da Constituição Federal de 1988 (CF/88). Logo, essa ausência do Estado favorece as iniquidades sociais.

Nessa visão, o contexto de iniquidades sociais e vulnerabilidade social traz reflexo também nas questões relacionadas à saúde, pois os indivíduos que não apresentam condições adequadas de saneamento, educação, alimentação, moradia, acesso à água potável, entre outros, apresentam maior probabilidade de infecção e, conseqüentemente, adoecimento, adicionada a indisponibilidade de fatores de proteção, o que a literatura chama de vulnerabilidade em saúde. Esta, por sua vez, é conceituada como a suscetibilidade ao adoecimento relacionada aos diversos fatores sociais, sejam eles individuais ou coletivos, e, em conjunto a isso, a indisponibilidade de recursos que protejam a população desses fatores (Ayres *et al.*, 2003)

A PSR é alvo das iniquidades sociais, o que implica dizer que o acesso aos serviços de saúde, livre e direto, ainda é prejudicado pela ausência de políticas públicas, exigindo, pois, a construção de políticas sociais e de saúde que garantam os direitos dessa população (Miranda, 2014).

Além da ausência de políticas públicas suficientes que favoreçam a inclusão dessa população e a superação das iniquidades sociais, Ferreira (2015) afirma que existe um despreparo dos profissionais de saúde para executar o cuidado de forma integral, pois ainda existem preconceitos e estigmas com relação às pessoas em situação de rua, e que é notória a necessidade de preparação desses profissionais para compreensão das pessoas enquanto cidadãos de direito, assim como os demais, no que tange ao engajamento nas políticas de saúde de forma concreta.

Como a PSR é vulnerável e sofre diariamente em busca do seu direito à cidadania, existem, na atualidade, algumas políticas públicas voltadas para essa população, ambas desenvolvidas para buscar concretizar o direito à cidadania previsto na Constituição Federal de 1988, sendo um sistema de proteção social que busca assegurar o direito à cidadania a todos os brasileiros (Carmo; Guizarde, 2018). As políticas públicas, portanto, devem garantir a seguridade social e, em contrapartida, também buscar garantir que sejam respeitados os princípios básicos do SUS, que são: universalidade, integralidade e equidade, além de assumir a necessidade de o Estado participar na resolução de problemas relacionados às iniquidades sociais (Santos, 2019).

A CF/88 foi um grande marco para as lutas da PSR, muito embora, mesmo com esse avanço, essa população continuou sofrendo iniquidades sociais e, em 2004, o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) assumiu o compromisso de formular políticas públicas voltadas para a PSR. Em 2005, no ano seguinte, aconteceu o primeiro encontro nacional sobre a população em situação de rua, encontro que discutiu a elaboração de projetos para a formulação de políticas públicas que favorecem esse público. Como reflexo desse movimento, alterou-se o artigo 23, da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), a partir da Lei nº 11.258/2005, alteração que acrescentou esse público como sendo responsabilidade do poder público municipal, garantindo também que esses tivessem acesso ao direito à cidadania (Santos *et al.*, 2018).

No ano de 2006, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDSCF) definiu ajuda no financiamento de serviços de acolhimento a PSR em municípios com mais de 300 mil habitantes. O próximo avanço ocorreu no ano de 2008, quando foi criada a Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua, que veio com o objetivo de reintegrar às PSR, garantir o acesso pleno aos seus direitos e o acesso à oportunidade de desenvolvimento social pleno (Brasil, 2008).

A política Nacional para Inclusão da População em Situação de Rua (PNIPSR) traz, em suas diretrizes principais, as três esferas de governo que devem implementar políticas públicas estruturando as políticas de saúde, educação, assistência social, habitação, geração de renda e emprego, cultura e o sistema de garantia e promoção de direitos, entre outras, trazendo proteção para esse público, pois é uma garantia de todos os brasileiros. Com efeito, a diretriz IV da política incentiva o mecanismo do controle social, incentivando a participação da PSR na construção de políticas públicas, manutenção, implementação, fiscalização e avaliação. Além disso, também aponta para a necessidade de construir os indicadores sociais, econômicos e culturais sobre a PSR, a preparação dos profissionais de saúde para proteção desse público e atividades de educação popular em saúde com a população (Brasil, 2008).

Já no ano de 2009, ocorreu o II Encontro Nacional de População em Situação de Rua, momento que fomentou a discussão para criação da Política Nacional para População em Situação de Rua, que foi instituída pelo Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009, em conjunto com o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua (Ciamp-Rua). Nesse documento, encontram-se princípios e diretrizes que trouxeram mais uma vez a garantia do direito à cidadania (Klaumann, 2018).

A partir da instituição da Política Nacional para População em Situação de Rua (PNPSR), formulou-se políticas públicas, como o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP) e o Consultório de Rua (CR) (Barbosa, 2018).

O centro POP, previsto no Decreto nº 7.053/2009 e na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, busca garantir a proteção social especial para PSR, trazendo programas, serviços e projetos especializados para atender esse público, no âmbito da assistência social. Esses serviços, programas e projetos atendem e acompanham indivíduos e familiares vulneráveis que apresentam risco pessoal e social por violação de direitos (Brasil, 2009).

Já o Consultório de Rua (CR), implementado a partir do Decreto nº 122, de 25 de janeiro de 2011, é uma política pública voltada para a atenção à saúde da PSR. O CR integra a atenção básica e é composta por equipes multiprofissionais, tendo suas atividades voltadas às necessidades de saúde da PSR, incluindo busca ativa e cuidado com usuários de drogas lícitas e ilícitas. As equipes do CR podem ser formadas em três modalidades e conter diversos profissionais, como enfermeiro, psicólogo, assistente social, terapeuta ocupacional, médico, agente social, técnico ou auxiliar de enfermagem e técnico em saúde bucal (Brasil, 2011).

Com efeito, a intenção do CR é lidar com vários problemas de saúde relativos à atenção básica, realizando também ações compartilhadas com os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e os serviços de urgência e emergência, de acordo com a necessidade do usuário (Brasil, 2012).

Assim, essas equipes se dividem em três modalidades: a modalidade I, composta por 4 profissionais, sendo dois de nível superior e 2 de nível técnico; a modalidade II, composta por 6 profissionais, sendo três de nível superior e três de nível médio; e, por último, a modalidade III, composta da mesma forma da modalidade II, sendo adicionado um profissional médico (Brasil, 2012).

A conquista mais recente para a PSR foi a garantia da atenção integral à saúde, a partir da Lei nº 13.714, que dispensa documentação e comprovantes de residência para o atendimento nos serviços de saúde, inclusive a dispensação de medicamentos e produtos (Brasil, 2018).

Essas foram algumas conquistas da PSR no Brasil, no decorrer de toda história, fruto da luta e dos movimentos articulados pela busca dos direitos constitucionais dessa população (Klaumann, 2018).

3 METODOLOGIA UTILIZADA NA PESQUISA

Quanto à metodologia trata-se de um artigo de revisão de literatura, onde foi realizado a leitura de artigos científicos, encontrados nas bases de dados Scielo, Biblioteca Nacional da Saúde, e na plataforma Sucupira, usando os descritores “população em situação de rua”, “moradores de rua” e “território”, foram aplicados filtros de idioma para português e período de 2020-2024, as pesquisas foram realizadas sem operadores booleanos, pois devido a dificuldade de encontrar estudos sobre o tema foi pesquisado de forma isolada nas bases de dados. Os artigos incluídos foram os que apresentaram discussão sobre o tema em questão, e foram selecionados a partir da leitura do título, resumo, e leitura integral, sendo excluídos os que se distanciavam da discussão proposta e não apresentavam contribuição.

Além dos artigos encontrados em bases de dados, também foi realizada a leitura de algumas dissertações e livros como “O capital: crítica da economia política” de Marx (2014), e “Direitos humanos na democracia contemporânea velhos e novos embates”, de Marques e Souza (2018) que tratavam sobre o objeto do estudo, e permitiram uma maior compreensão sobre o tema, essas leituras assim como artigos que discutem sobre o território de Pau dos Ferros foram fundamentais para compreender o fenômeno da PSR, uma vez que é uma pesquisa inédita, e não existe pesquisas sobre nas bases de dados.

A partir do tema proposto, o problema de pesquisa foi desenvolvido de acordo com a questão de norteadora a seguir: Quais as características influenciaram no aparecimento da PSR na cidade de Pau dos Ferros/RN?

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES;

4.1 Caracterização de Pau Dos Ferros/RN

Pau do Ferros é um município situado na região Nordeste do Brasil, mais especificamente no interior do Estado do Rio Grande do Norte, há 400km da capital, Natal. Apresenta uma população estimada de 30.479 pessoas (IBGE, 2022), com área territorial de 259,959 km² (IBGE, 2021), sendo um município majoritariamente urbano, que faz fronteira com o Estado do Ceará e Paraíba. Na organização regional, o mesmo encontra-se na região do Oeste potiguar, conhecida popularmente como “Alto Oeste Potiguar”.

A cidade de Pau dos Ferros encontra-se na região de clima semiárido, com características climáticas marcadas por temperaturas elevadas, má distribuição de chuvas, sendo essas escassas, e longos períodos de seca. Gurgel e Medeiros (2018), em seus estudos observou que as precipitações pluviométricas se dividem em dois períodos do ano, sendo a estação chuvosa, no primeiro semestre, com pico em abril, onde concentra-se cerca de 90% das chuvas, e a outra o período de seca, com poucas chuvas nos meses de setembro e outubro. Os meses considerados mais frios são maio, junho e julho, e os mais quentes, outubro, novembro, dezembro e janeiro. Do ponto de vista socioeconômico, Pau dos Ferros é considerada uma cidade de porte intermédio interiorizada pois, mesmo não apresentando características de médio porte, como não apresentar população de mais de 100 mil habitantes, ela apresenta influência no desenvolvimento regional, ofertando serviços públicos, reforçando as suas funções urbanas ao extrapolar limite do RN, exercendo influência em outros estados (Souza, Miranda, 2021).

Tratando-se de economia, no município de Pau dos Ferros, o Produto Interno Bruto (PIB) concentra-se no setor terciário (IBGE, 2018). Isso se caracteriza no comércio e na prestação de serviços presentes no município. Essas características, portanto, favorecem o aumento do fluxo populacional e a urbanização (Dantas, Clementino, 2014).

Todavia, a falta de planejamento/plano para o desenvolvimento regional traz reflexos na realidade atual da região, como a dificuldade econômica, social e ambiental. Economicamente, a baixa produtividade dos fatores, a escassez de investimento privado de grandes empresas e indústrias de grande porte, e escassez de água, como resultado do clima semiárido, faz como o que as oportunidades de emprego ainda sejam muitos inferiores, se comparado às regiões polos do desenvolvimento ou regiões litorâneas (Souto, Souza Junior, Lima Junior, 2019).

Geograficamente, Pau dos Ferros é considerado um município com localização privilegiada, pois apresenta rodovias federais (BR 405 e BR 226) e estadual (RN177), favorecendo o deslocamento, e transporte, pois conecta o município às pequenas cidades próximas, e a grandes centros urbanos regionais (Dantas, 2014).

Devido às suas características, Pau dos Ferros exerce influência que se estende por 55 municípios, sendo 42 do Rio Grande do Norte, 9 na Paraíba, e 4 no Ceará (Dantas, 2014). Isso trouxe reflexo, fazendo a cidade alcançar o terceiro nível da hierarquia urbana regional, logo depois de Natal e Mossoró (Souza, Miranda, 2021).

Dessa forma a importância do município não se dá pela característica da população majoritariamente urbana (92,09%), mas econômica, pois seu setor de serviços privados, e comércio, são os mais significativos da região (aproximadamente 55%), o que favorece a polarização que exerce sobre os demais municípios da região, que buscam suprir suas necessidades educacionais, de saúde, financeiras e outras (Souza, Miranda, 2021).

A cidade de Pau dos Ferros tem raiz histórica já ligada ao comércio, e na atualidade o centro da cidade é marcado como espaço central de comércio, onde encontram-se diversas especialidades e serviços, como supermercados e lojas dos mais diversos tipos. A feira livre municipal e o mercado público foram marcos do comércio do município, sendo até os dias atuais espaços onde o comércio acontece. Porém, apesar de no centro existir a maior concentração de estabelecimentos comerciais, as atividades do setor terciário também se encontram em outras localidades do município, o que fortalece cada vez mais a característica comercial do município (Farias, 2015).

4.2 O fenômeno da PSR em Pau dos Ferros

O fenômeno da PSR em Pau dos Ferros vem sendo uma realidade em vários bairros da cidade, em especial no centro. Esse fenômeno vem sendo observado pela população, e por comerciantes locais que durante a rotina encontram essas pessoas trafegando pelas principais vias do município, realizando atividades remuneradas ou até mesmo pedindo dinheiro para suprir necessidades básicas, como alimentar-se, usar produtos de higiene etc.

De fato, ao andar por Pau dos Ferros, tornou-se “comum” encontrar pessoas que desenvolvem suas vidas na realidade das ruas e isso foi afirmado na pesquisa do Censo realizado pela Secretaria do Estado do Trabalho, Habitação e Assistência Social (SETHAS), que mapeou dados de 41 municípios, incluindo Pau dos Ferros, que de acordo com os resultados preliminares, identificou cerca de 2.000 pessoas em SR no Rio Grande do Norte, estando entre as cidades onde realizou a coleta dos dados, o município de Pau dos Ferros (Santos, 2022).

A ausência da realização do Censo pelo IBGE dificulta o mapeamento da PSR no município, porém essa pesquisa realizada pela SETHAS, traz à tona o fenômeno da PSR em Pau dos Ferros, trazendo visibilidade para esse público no município, e a afirmação que existe sim PSR na cidade (SETHAS, 2022). Apesar da relevância desse estudo, ele não contabilizou a população, deixando a lacuna.

Existem vários fatores que influenciam no aparecimento da PSR em Pau dos Ferros, dentre eles suas características de cidade intermédia, que apresenta influência nas cidades vizinhas devido a sua característica comercial e oferta de serviços públicos e privados. Natalino (2020) observou a partir de estatísticas que no Brasil, em 2020, existiam aproximadamente 18,5% de pessoas em SR presente em municípios pequenos e médios, um número que cresceu 147% em relação às estimativas de 2012.

Esse aumento da PSR em municípios pequenos e médios se dá, devido esses locais apresentarem uma concentração de renda, e em Pau dos Ferros também está associado à sua característica de polo regional, onde existe uma elevada circulação de pessoas, e a presença de bens de serviço, favorecendo a sobrevivência dessas pessoas. Esses locais favorecem a

obtenção de alimentos, a segurança, e a realização de atividades remuneradas (Chrispiano, 2022).

Essas atividades remuneradas são uma forma de buscar a sobrevivência, e os centros comerciais favorecem essas atividades. Essas atividades segundo Bretas *et al.* (2010) envolve a vigia de carros, coleta de materiais recicláveis, descarga de mercadorias, e outros pequenos bicos que permitem uma remuneração mínima, porém essencial para alcançar o mínimo para sobrevivência. A realização de atividades remuneradas é algo visível no centro da cidade de Pau dos Ferros, várias pessoas exercem a vigia de carros, usam papelão para proteger os automóveis do sol, coletam materiais recicláveis, e pedem ajuda aos transeuntes que estão no centro comercial. Corroborando, para o caso local, fatos apontados em outros estudos.

Outro fator que favorece o fenômeno da PSR no município são os fatores climáticos, uma vez que Pau dos Ferros apresenta período de chuva pequeno, devido ao seu clima semiárido. Esse é um aspecto destacado por Valle (2020), ao apontar que os fatores climáticos podem trazer dificuldades na vida da PSR, uma vez que o frio e as chuvas influenciam na qualidade de vida, e saúde dessa população, podendo inclusive ocasionar a morte dos desabrigados.

Quanto às estruturas públicas e sociais, vale destacar que na cidade existe o CRAS, o CREAS, CAPS II, Hospital regional, INSS, e vários outros órgãos governamentais que possuem capacidade de atender as demandas dessa população, assim como também igrejas evangélicas e igreja católica. Além disso, existem ações voluntárias por parte de religiosos e empresários, que alimentam as pessoas em vulnerabilidade em Pau dos Ferros. Essas estruturas são essenciais no apoio e, por conseguinte, no aparecimento da PSR na cidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fenômeno da PSR é uma realidade presente em várias cidades. Essa população desenvolve suas vidas nas ruas, e é a partir das cidades onde se inserem, que conseguem meios de sobrevivência. A cidade de Pau dos Ferros é um exemplo de cidade de intermédio porte onde se encontra o fenômeno da PSR.

Fica evidente a partir dos estudos explorados, que existem vários fatores que influenciam no aparecimento da PSR no município de Pau dos Ferros, dentre eles fatores econômicos, climáticos e sociais, que favorecem a forma de viver das pessoas em SR.

Desenvolver a vida nas ruas em Pau dos Ferros, traz acesso a atividades remuneradas, mesmo que de forma precária e pouco valorizada, o acesso aos serviços públicos, a possibilidade de pedir ajuda aos transeuntes, o clima com poucas chuvas, e vários outros fatores já citados, permitem que a cidade seja abrigo para essas pessoas.

Por fim, este estudo demonstra que a cidade se torna atrativa para existência da PSR, e espera-se com esse estudo trazer visibilidade a esse público vulnerável, o que exige, além de novos estudos sobre a PSR de Pau dos Ferros, uma cobrança social por parte de ações do poder público municipal voltadas para essa parcela específica da população.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

REFERÊNCIAS

AYRES J.R.C.M., FRANÇA JÚNIOR I., CALAZANS G.J., SALETTI FILHO H.C. O Conceito de Vulnerabilidade e as Práticas de Saúde: novas perspectivas e desafios. In: Czeresnia D, Freitas CM, organizadores. Promoção da Saúde: conceitos, reflexões, tendências. Rio de Janeiro: **Fiocruz**; 2003.p. 117-139.

BARBOSA, J. C. G. **Implementação das políticas públicas voltadas para a população em situação de rua: desafios e aprendizados**. Brasília: IPEA, 2018. Dissertação de Mestrado. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/sites/imagens/mestrado/turma2/jose_carlos_gomes_barbosa.pdf. Acesso em:20/06/2022.

BATTAUS, D. M. A.; OLIVEIRA, E. A. B. **O direito à cidade: urbanização excludente e a política urbana brasileira**. Lua Nova, São Paulo , v [S.I] n. 97, p. 81- 106, Apr. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n97/0102-6445-ln-97-00081.pdf>. Acesso em 18/06/2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Em situação de rua**. Brasília, 29 ago. 2017. Disponível em: <http://www.saude.gov.br/artigos/869-politicas-de-equidade-em-saude/41381-em-situacao-de-rua>. Acesso em: 07 mar. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Manual sobre o cuidado à saúde junto a população em situação de rua**. Brasília, 2012. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/manual_cuidado_populacao_rua.pdf. Acesso em: 20 abr. 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Pesquisa nacional sobre a população em situação de rua**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, abr. 2008. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/backup/arquivos/sumario_executivo_pop_rua.pdf>. Acesso em: jun. 2022.

BRASIL. **Presidência da República**. Decreto nº 7.053, 23 de dezembro de 2009, que instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua. Brasília, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm. Acesso em 12/06/2022.

BRASIL. **Censo Demográfico 2022**. In: Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. Disponível em: <http://www2.sidra.ibge.gov.br/cd/defaultcd2010.asp?o=4&i=P>. Acesso em: 15/07/ 2022.

BIAVASCHI, M. B. O processo de construção e desconstrução da tela de proteção social do trabalho: tempos de regresso. **Estudos Avançados**, [S.L.], v. 30, n. 87, p. 75-87, ago. 2016. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40142016.30870005>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/LhmD6NCGyQZ56RrkSZcq7pK/?lang=pt>. Acesso em: 10 jul. 2021.

BRETAS A.C.P., BRÊTAS A.C.P., MARCOLAN J.E., ROSA A.S., FERNANDES E.S.L., RAIZER M.V.. Quem mandou ficar velho e morar na rua? **Rev esc enferm USP** [serial on the internet]. 2010 [cited 2020 Aug 04]; 44(2):476-81. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342010000200033&lng=en

CARMO M. E., GUIZARDI F. L. O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social. **Cad. Saúde Pública**. v. 34, n.3. Brasília 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/ywYD8gCqRGg6RrNmsYn8WHv/?lang=pt>. Acesso em 20/06/2022

CHRISPIANO, G. F. “Proibido deitar em frente à loja: conflitos da população em situação de rua no meio urbano em são paulo e em santiago. **Revista Extraprensa**, [S.L.], v. 15, n. , p. 442-455, 31 maio 2022. Universidade de Sao Paulo, Agencia USP de Gestao da Informacao Academica (AGUIA). <http://dx.doi.org/10.11606/extraprensa2022.194038>.

CERQUEIRA, A. S. T. **Evolução do processo social população em situação de rua: um estudo sobre pobreza, necessidades humanas e mínimos sociais**. 2011. 96f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social). Universidade de Brasília, Brasília, 2011. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/22914343/>. Acesso em:20/06/2022

DANTAS, J. R. Q. **As cidades médias no desenvolvimento regional: um estudo sobre Pau dos Ferros (RN)**. Natal, 2014, 260p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2014.

DANTAS, J. R. Q.; CLEMENTINO, M. L. M. Desenvolvimento e urbanização: a rede urbana potiguar sob a ótica dos ‘REGICs’. **Geotemas**, Pau dos Ferros, v. 4, n. 1, p. 71-82, jan./jun. 2014.

FARIAS, F. T. **Comércio e cidade: processos e formas espaciais em Pau dos Ferros/RN**. 2015. 108 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN, 2015. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/20245/1/FableniaTatianyDeFarias_DISSERT.pdf. Acesso em: 09 out. 2022.

FERREIRA, C. P. S. **Consultório na Rua em Maceió/AL: O olhar de pessoas em situação de rua (dissertação)**. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, Brasil, 2015. Disponível em:<https://www.scielo.br/j/pcp/a/zZmF6jcYxpRqGS4b5QMX9sQ/?lang=pt>. Acesso em:29/07/2022

GURGEL, A. L.; MEDEIROS, J. F. CARACTERIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES CLIMÁTICAS DE PAU DOS FERROS - RN. **Geotemas**, Pau dos Ferros, v. , n. 8, p. 110-115, 18 dez. 2018. ISSN: 2236-255X. Disponível em: <https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/62464902/720200324-125735-1b88t89-with-cover-page-v2.pdf?Expires=1666116952&Signature=a3qVjZigvYAU7ole~KISGgDj8gRFrLdEnR-29t9M6fsRFg-O-WgQ9xpCzb4moYj1ZtvEn~cWbd2P6y5xBxm-vs6INapCia~MUxflvSoxfjsDS41LOOsL7WTPUjCsoVhJaErbVEqQ9mz9kUK1q35CU7ISCrquTTY0R2RyaGnVONP3KLhVeYzuFWqPT2HSgYIY-M9srFA-Z5zsHkLREB-kGq-dsPqmYOkdmGZ~0j-wQsHY~qDakoj3xK1hMD83Gf-vRZhqI0y5KuN5DkvSPPZtmMEROqkY68UPGvaX7umAZqKUB0bKiZ38B8ABI6mEPma7ph9aZBQJK6hMZub6Q1nzTw__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA>. Acesso em: 18 out. 2022.

KLAUMANN, A. da R. **Moradores de Rua-Um enfoque histórico e socioassistencial da população em situação de rua no Brasil: a realidade do Centro Pop de Rio do Sul/SC**. 2018. Disponível em <<http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2016/02/Alexandre-da-Rocha-Klaumann.pdf>> Acesso em: 25 abri. 2022.

LIMA, João Vitor Moura *et al.* Promoção dos direitos da população em situação de rua no Rio Grande do Norte: diagnóstico e intervenção nos caminhos de inovação no Sistema Único de Assistência Social. Natal: SETHAS, 2022. Disponível em:<http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/SETHAS/DOC/DOC000000000310649.PDF>. Acesso em: 18 jun 2024.

LOPES, L.E. **Caderno de atividades: curso atenção integral à saúde de pessoas em situação de rua com ênfase nas equipes de Consultórios na Rua**. Rio de Janeiro: EAD/ESP, 2014.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. (Tradução de Reginaldo Sant'Anna). 27. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

MARQUES, V. T.; SOUZA, P. C. Direitos humanos na democracia contemporânea velhos e novos embates [recurso eletrônico] / Organização Verônica Teixeira Marques, Perci Coelho de Souza. – Rio de Janeiro: **Bonecker**, 2018.

MIRANDA, F. A. **Direito à saúde da população em situação de rua** (dissertação). Universidade Católica de Salvador, Salvador, BA, Brasil. 2014. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/21042/1/Nadja_Conceicao_Jesus_Miranda.pdf. Acesso em: 29/07/2022

NATALINO, MA. **Estimativa da população em situação de rua no Brasil (setembro de 2012 a março de 2020)**. Brasília: Ipea, 2020. (Nota Técnica, n. 73). Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10074/1/NT_73_Disoc_Estimativa%20da%20populacao%20em%20situacao%20de%20rua%20no%20Brasil.pdf. Acesso em: 01.10. 2022.

PEDERSEN, J R, SILVA, . **O corpo como mercadoria: exploração sexual de adolescentes e vulnerabilidade social das famílias.** 2014. 204 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/571>. Acesso em: 20/06/2022.

REIS, M. Número de pessoas em situação de rua só cresce no Brasil. **Observatório da Sociedade Civil**, São Paulo, 24 mar. 2016. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/>. Acesso em: 22/08/2022.

SANTOS D. C. T. **ACESSO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE PELA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA DO MUNICÍPIO DE SETE LAGOAS / MG.** Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Gestão Pública no Setor de Saúde. Belo Horizonte, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/32061>. Acesso em: 04/06/2022.

SANTOS, I. **RN tem aproximadamente 2 mil pessoas em situação de rua, aponta mapeamento.** 2022. Disponível em: <https://saibamais.jor.br/2022/05/rn-tem-aproximadamente-2-mil-pessoas-em-situacao-de-rua-aponta-mapeamento/>. Acesso em: 09 out. 2022.

SCOTT, J. B. *et al.* O CONCEITO DE VULNERABILIDADE SOCIAL NO ÂMBITO DA PSICOLOGIA NO BRASIL: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 24, n. 2, p. 600-615, ago. 2018. Acesso em: 04 mai. 2020. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/per/v24n2/v24n2a13.pdf>. Acesso em: 03/07/2022

SILVA, Maria Lucia Lopes da. **Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil 1995-2005.** 2006. 220 f. Dissertação (Mestrado em Política Social)-Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Acesso em: 14/07/2021. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/1763>. Acesso em: 09, out. 2022.

SOUZA, Ronie Cleber de; MIRANDA, Humberto. Influência do gasto público no fortalecimento da centralidade de Pau dos Ferros/RN. **Cadernos Metrôpole**, [S.L.], v. 23, n. 52, p. 1109-1134, dez. 2021. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2021-5212>.

SOUTO, Lucas Valente; SOUSA JÚNIOR, Almir Mariano de; LIMA JÚNIOR, Francisco do O' de. ECONOMIA E ASPECTOS DA URBANIZAÇÃO NA MICRORREGIÃO DE PAU DOS FERROS, RIO GRANDE DO NORTE, BRASIL. **Revista Baru - Revista Brasileira de Assuntos Regionais e Urbanos**, [S.L.], v. 5, n. 2, p. 182, 20 dez. 2019. Pontifícia Universidade Católica de Goiás -PUC Goiás. <http://dx.doi.org/10.18224/baru.v5i2.7564>. Acesso em: 09, out. 2022.

TIENGO, V. M. O Fenômeno População em Situação de Rua Enquanto Fruto do Capitalismo / The Phenomenon Population in Street Situation as a Fruit of Capitalism. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, [S.L.], v. 17, n. 1, p. 138, 22 ago. 2018. EDIPUCRS. <http://dx.doi.org/10.15448/1677-9509.2018.1.29403>.

VALLE, Fabiana Aparecida Almeida Lawall; FARAH, Beatriz Francisco; CARNEIRO JUNIOR, Nivaldo. As vivências na rua que interferem na saúde: perspectiva da população em situação de rua. **Saúde em Debate**, [S.L.], v. 44, n. 124, p. 182-192, mar. 2020. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0103-1104202012413>.

VULNERABILIDADE. *In*: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2020. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/risco/>>. Acesso em: 27/07/2022.